

# UNASUL E A PROJEÇÃO BRASILEIRA<sup>1</sup>

Daniel Campos de CARVALHO<sup>2</sup>  
Regiane Nitsch BRESSAN<sup>3</sup>

■ **RESUMO:** A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) é marcada por forte conteúdo político, advindo do intento regionalista de iniciativa brasileira da ALCSA. A UNASUL passou a atuar como catalisadora de um projeto de socialização da região, favorecido pela convergência de discursos e ideologias, facilitando a relação entre os países pela sua flexibilidade e pouca exigência no comprometimento comercial e econômico das nações envolvidas. Ao expressar uma iniciativa de integração pluridimensional, a UNASUL exige da política externa brasileira uma abordagem acurada e complexa. O reconhecimento da liderança regional do país e o exercício de um protagonismo legítimo passam a estar condicionados pela habilidade na construção de consensos em um ambiente com múltiplas esferas. Em tal contexto, os atributos econômicos, demográficos e estratégicos do Brasil precisam ser circundados por uma atuação que fomente a concórdia por levar em consideração aspectos diversos das realidades nacionais e regional. Neste sentido, há de se apontar como emblemáticas tanto a ação da UNASUL quanto a posição brasileira no âmbito da instituição no tocante a recentes crises políticas internas de alguns de seus membros. Frente ao exposto, cumpre apontar que o objetivo do trabalho é aclarar quais as vicissitudes e desafios da atuação brasileira no seio da UNASUL, explicitando como a fluidez institucional e temática da organização pode se tornar uma ferramenta útil na afirmação da liderança regional brasileira e nos seus cálculos de ação.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** UNASUL. Regionalismo Pós-Liberal. Política Externa Brasileira. América do Sul. Integração Regional.

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi concebida em 2015 em uma conjuntura política mais favorável à UNASUL que a atual.

<sup>2</sup> UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios. Osasco – SP – Brasil. 06110-295. dccarva@uol.com.br.

<sup>3</sup> UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios. Osasco – SP – Brasil. 06110-295. regiane.bressan@unifesp.br.

## Introdução

O objetivo deste artigo é analisar e discutir a atuação do Brasil na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), ou seja, o papel brasileiro ao longo do processo constitutivo desta integração, surgida no marco do regionalismo “pós-hegemônico” ou “pós-liberal”. A análise se concentrará em apresentar o processo histórico do bloco e atuação do governo brasileiro, bem como a participação deste país nos desdobramentos atuais da UNASUL. Destaca-se o Brasil, por tratar-se de um país chave como “potência regional” na América do Sul, assumindo uma posição de liderança frente aos seus vizinhos.

O início dos anos de 2000 foi marcado pelas contestações dos governos latino-americanos e de suas sociedades às políticas neoliberais; aos projetos políticos econômicos da região e aos traços do regionalismo aberto, cujos projetos estavam voltados à liberalização comercial em detrimento de temas relacionados às assimetrias estruturais entre os países-membros. Com o resgate do nacionalismo econômico e politização das agendas econômicas externas, surgiu o regionalismo “pós-hegemônico” composto por uma agenda integrativa de cunho desenvolvimentista, resistente à abertura comercial e antiliberal, propiciando a formação de coalizões entre países afins ideologicamente. Este novo paradigma se ancora no argumento de que a liberalização dos fluxos de comércio e os investimentos nos acordos comerciais não foram capazes de promover o desenvolvimento no interior da integração, e mais, que reduziram o espaço para implantação de políticas nacionais desenvolvimentistas, dificultando a adoção de uma agenda de integração voltada aos temas de desenvolvimento e equidade social (SANAHUJA, 2012).

O regionalismo “pós-hegemônico” tem como proposta a ampliação temática da agenda de integração, abarcando temas econômicos não comerciais, bem como matérias diversas, associadas à necessidade do desenvolvimento e à busca da equidade social, superação da pobreza e da desigualdade, além da incorporação de grupos sociais que foram excluídos dos modelos liberais de integração (BRESSAN, 2012). Neste contexto, foram propostos outros projetos de integração que alavancavam estas novas temáticas no seio de seus objetivos e intentos.

Criada no marco do paradigma “pós-hegemônico”, a UNASUL apresenta objetivos políticos e de segurança, atrelando-

os à proposta de desenvolvimento, sobretudo através da melhora de infraestrutura em toda região. Ademais, a nova integração ambiciona ser um projeto de efetiva resposta aos desafios internacionais da globalização, a partir da dinâmica regional.

A UNASUL apresenta um forte viés político, priorizando o desenvolvimento regional, fomentando construção de uma identidade sul-americana e promovendo uma integração mais efetiva quando deixa em segundo plano o caráter integracionista econômico-comercial. Seus países procuram obter maior autonomia regional pela cooperação e interdependência. A busca pelo aumento da integração física por meio da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) representa diferencial em relação aos demais processos adotados anteriormente. Por sua vez, a política externa brasileira revelou estar intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento e consolidação da UNASUL e à aceleração da integração regional (SILVA; GIL, 2013).

Entre os objetivos brasileiros acerca de sua política externa, a Constituição de 1988 em seu artigo 4º, direcionado ao regimento das relações internacionais do país, prevê a integração regional como uma meta importante a ser perseguida pelo Brasil. A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República corroborou esta diretriz, representando um marco à autonomia e desenvolvimento da integração sul-americana, contribuindo de maneira significativa para a conformação da UNASUL.

A reflexão sobre a participação brasileira nesta conformação durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) permite lançar luz sobre a projeção do Brasil como líder regional e suas implicações.

## **A formação da UNASUL e a atuação brasileira**

Após várias tentativas integracionistas de converter a região da América do Sul em um motor da integração latino-americana, o governo brasileiro apresentou papel fundamental na consolidação e conformação da UNASUL. No intento de exercer maior poder e liderança regional, e de alavancar e implantar ações coordenadas para o desenvolvimento da região, atuou em conformidade com as metas do milênio definidas pela ONU diante dos seguintes desafios da globalização (UNASUL, 2008): a)

segurança internacional, cerceamento das condições requeridas para o uso legítimo da força nos conflitos internacionais; b) revalorização do multilateralismo; c) fortalecimento do diálogo político entre os Estados membros; d) criação dos novos órgãos específicos para a paz; e) desenvolvimento social e humano com igualdade; f) integração energética; g) proteção à biodiversidade; h) consolidação da identidade sul-americana e i) cooperação econômica e comercial. O Brasil também buscou contribuir para o desenvolvimento dos participantes do bloco, superando as assimetrias mediante a complementação econômica.

Os estudos dos antecedentes deste projeto de integração se concentram na análise da formação da Comunidade Latino-Americana de Nações, que buscou posicionar a América Latina na geopolítica própria dos processos globais contemporâneos, ao promover a elaboração de uma agenda econômica, política e institucional baseada na construção da identidade latino-americana.

Em 1991 se realizou a primeira Cúpula Ibero-americana de Guadalajara, que propôs a integração regional como prioridade na política exterior latino-americana. Desta reunião, resultaram cartas constitucionais de Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela que reforçaram a vontade política neste intento de integração, culminando na criação do projeto de integração da Comunidade Latino-Americana das Nações (CLAN). A CLAN foi ratificada somente em 1995 na Cúpula do Grupo do Rio. No marco desta nova aliança, alguns projetos foram propostos visando a harmonização e a conjunção política, bem como a cooperação econômica, foram eles: a instituição de outro Parlamento Latino-Americano, eleito mediante voto popular; a criação da Comunidade Hispana de Nações e a formulação de uma Zona de Livre Comércio das Américas. Embora os esforços, encontros periódicos e proposições tenham sido importantes, não houve comunhão política suficiente para concretizar as aspirações de integração latino-americana naquele momento (MUTIZ, 2011).

No cenário de esmorecimento da integração latino-americana, no começo dos anos de 2000, as chancelarias sul-americanas possibilitaram um novo fôlego aos intentos de integração ao apresentarem o projeto de criação de uma Comunidade Sul-Americana das Nações. No início, este projeto consistiu em um bloco sub-regional para enfrentar os efeitos da globalização e os desafios advindos da economia internacional.

## Primeira Cúpula Sul-Americana

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos de 2000, os países localizados na América do Sul começam a aventar a possibilidade de um acordo comercial sul-americano. Tal ideia adquire densidade na Primeira Reunião de Presidentes e Chefes de Estados da América do Sul, realizada em Brasília nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, a convite do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Para ele, a ideia de avançar na decisão de promover a integração sul-americana era fruto de duas situações: a negociação hemisférica da Área de Livre Comércio das Américas de proposição estado-unidense; e a vontade brasileira em exercer um *contrapeso* a esta iniciativa na América do Sul (COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES, 2006). Além disso, era eminente a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura regional.

Desta forma, a Comunidade Sul-americana das Nações foi firmada na Primeira Reunião de Presidentes em Brasília, buscando a institucionalização da união entre os Estados sul-americanos. Ela vislumbrou desde sua origem a necessidade imperiosa de impulsionar o desenvolvimento e a superação da pobreza no subcontinente. Os objetivos comerciais foram intensificados com a criação de Área de Livre Comércio para a América do Sul, por meio da cooperação entre Mercosul, Comunidade Andina, Chile, Suriname e Guianas, para fazerem frente à ALCA. Havia também objetivos relacionados ao desenvolvimento de infraestrutura regional, para facilitar a aproximação e interconexão real sul-americana. As fronteiras deveriam deixar de constituir um elemento de isolamento e separação, a partir dos esforços para criar conexão e vínculos físicos facilitando a circulação de bens, pessoas, conformando um espaço único e privilegiado de cooperação. Por último, naquele momento já se propunham objetivos relacionados aos fundos regionais e ao financiamento, sobretudo ligado à infraestrutura.

Segundo Oliveira (2005), a decisão brasileira em lançar a Comunidade Sul-Americana de Nações consistiu em uma ousada estratégia geopolítica do país, que atribuiu certa responsabilidade ao Brasil por demonstrar credibilidade na região. Ainda que a nova Comunidade represente inicialmente uma declaração política, ancorada em acordos concretos de comércio e integração, incide também em uma reivindicação de

identidade geográfica que nunca deixou de existir mesmo com advento da globalização.

## **Segunda Cúpula Sul-Americana**

No ano de 2002, reuniram-se novamente os presidentes da América do Sul, na cidade de Guayaquil no Equador. Neste encontro se enfatizou, mormente, o desenvolvimento em infraestrutura física para a integração continental, lançando a IIRSA.

A integração física do continente por intermédio da IIRSA constitui parte essencial do projeto de desenvolvimento da região e do próprio Brasil. A ligação rodoviária do Acre ao Pacífico, via Peru, por exemplo, além de seu significado histórico, projeta um impacto econômico significativo para o progresso do oeste brasileiro (AMORIM, 2005).

Nesta Cúpula, foi estabelecido o “Consenso de Guayaquil” sobre integração, segurança e infraestrutura para o desenvolvimento, bem como declarada uma “zona de paz” por todos os países participantes. Temáticas como direitos humanos, democracia, luta contra as drogas e narcotráfico também ocuparam a agenda de compromissos de seus participantes (COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES, 2006).

Ainda nesta Cúpula, o Brasil exerceu papel importante para reforçar a ideia de que a América do Sul seria uma condição prévia para integração hemisférica. Este discurso foi mantido e intensificado no mandato do governo Lula, nas reuniões seguintes. Desta forma, o Brasil consolidava e reverberava em seus vizinhos a resistência em relação à hegemonia norte-americana na América do Sul, que na época estava assentada na proposta da ALCA (PEDROSO, 2013).

Em seguida, Comunidade Andina e Mercosul concretizaram o acordo de complementação econômica visando a convergência econômica e comercial entre os países destes blocos, o que representou maior adensamento à liberação comercial em amplitude regional.

## **Terceira Cúpula Sul-Americana**

Reunidos na cidade de Cuzco no Peru, em 2004, e inspirados nos ideais e interesses integracionistas, os doze países da

América do Sul realizaram a III Cúpula Presidencial Sul-Americana, na qual se firmou a declaração que constituiu a Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA ou CSN). Esta reunião foi um marco importante à integração sul-americana, trazendo maior complexidade ao projeto em desenho.

O documento da Declaração de Cuzco apresenta primeiramente fortes apologias aos ideais de Simón Bolívar, ressaltando elementos comuns aos povos americanos que justificam este intento. Em seguida, foram expostas linhas básicas de ação e condução da Comunidade em conformação:

Cooperação política, social e cultural: compreende temas como o fortalecimento da democracia, segurança regional, luta contra as drogas, corrupção, bem como temas de caráter social e cultural.

Integração econômica, comercial e financeira: a partir da aprovação do Acordo de Livre Comércio CAN-Mercosul, pretende-se ampliar e desenvolver a cooperação em matéria econômica dos países da região.

Desenvolvimento e Infraestrutura Física, Energética e de Comunicações: utilizando o apoio da iniciativa da IIRSA, propuseram dez grandes eixos da integração e desenvolvimento sul-americano com 31 projetos a serem implantados (COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES, 2006).

Nesta Declaração, ainda ficou decretada a estrutura decisória da CASA: a instância máxima de decisão política caberia aos chefes de Estado em substituição das Cúpulas Sul-Americanas, enquanto que a agenda de atuação seria definida pelos Ministros das Relações Exteriores, no âmbito da Decisão Executiva do Processo. O novo projeto não vislumbra naquele momento a criação de uma estrutura institucional com órgãos e secretarias, tampouco avançaria rumo à supranacionalidade. As autoridades dos blocos pré-existentes (Mercosul, CAN, ALADI e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) se comprometeram a atuar em harmonia e convergência com a Comunidade recém-instaurada.

## **I Cúpula da Comunidade Sul-Americana das Nações**

A Cúpula Presidencial em Brasília, em setembro de 2005, marcou a Primeira reunião da CASA, cuja declaração estabeleceu

a institucionalidade mínima desta organização, bem como as áreas de ação prioritária: diálogo político; integração física; preservação e cuidados com o meio ambiente; integração energética; mecanismos financeiros; redução de assimetrias; promoção da coesão social; justiça social e telecomunicações. Nesta reunião, também reforçaram o interesse na Zona de Livre Comércio Continental e na redução de assimetrias a partir dos processos de complementação econômica. A CASA ganhou força com a estagnação das negociações da ALCA em 2005 na reunião de Mar del Plata entre os chefes de Estado. Nesta oportunidade, o Brasil foi responsável por encerrar as negociações, contribuindo para fomentar sua liderança na região.

Esta reunião também foi marcada pela discordância entre os posicionamentos brasileiro e venezuelano sobre a função deste organismo e sua efetividade. Enquanto o presidente venezuelano Hugo Chávez inviabilizou a assinatura de uma declaração conjunta, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, e o presidente Lula rebateram as críticas, postergando o texto definitivo e mais completo para um próximo encontro. A dissidência venezuelana redesenhou os propósitos da própria Comunidade, explicitando a dificuldade brasileira em manter posicionamento mais firme diante das adversidades e ideologias políticas dos países vizinhos (NAFALSKI, 2011).

A liderança de Chávez, movida pelo seu discurso antiamericano com base em um projeto bolivarianista, permitiu a consolidação de uma área de influência ideológica entre Bolívia e Equador, sinalizando uma resistência ao projeto de liderança regional brasileiro. Entretanto, o Brasil apresentava maior poder atrativo por sua força econômica e por sua postura mais pragmática, obtendo êxito na conformação desta Comunidade em detrimento da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) (PEDROSO, 2013).

## **Arquitetura institucional da Comunidade Sul-Americana de Nações**

Para garantir o funcionamento adequado da CASA foram criadas instâncias orgânicas que facilitariam o planejamento, implantação, execução e desenvolvimento de todos os projetos e iniciativas regionais, estabelecendo as seguintes unidades de ação: 1) Nível Estratégico Decisório: instância máxima de condução das políticas da Comunidade com a reunião entre os

Chefes de Estado; 2) Reuniões de Ministros de Relações Exteriores: encarregados de adotarem as decisões tomadas pelos Chefes de Estado, cujas reuniões ocorrem a cada seis meses; 3) Reuniões dos Ministérios Setoriais: convocados pelos Chefes de Estado, promoção de políticas e projetos da integração; 4) Secretária Pró-Tempore: exercida de forma rotativa pelos Estados membros para garantir o andamento dos projetos da Comunidade, e 5) Comissão de Altos Funcionários: encarregada de implementar e executar as decisões presidenciais e ministeriais. O Órgão executivo trabalharia com grupos de trabalho na área de: infraestrutura, integração energética e políticas sociais (COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES, 2006).

Os primeiros anos do governo Lula já evidenciavam a estratégia de política exterior adotada, que consistia no interesse em estreitar os vínculos de cooperação política e econômica entre Brasil e Argentina, visando forjar, em médio prazo, um polo de poder na América do Sul (BANDEIRA, 2005).

## **II Cúpula da Comunidade Sul-Americana das Nações**

Os temas que marcaram esta Cúpula foram a diminuição das assimetrias entre os países sul-americanos e a inclusão da sociedade civil para garantir a autêntica participação social, questões associadas ao regionalismo pós-liberal. Estes objetivos tencionavam ter impacto imediato para reversão do déficit social na região a partir das seguintes medidas de desenvolvimento regional: superação das assimetrias; novo contrato social sul-americano; integração energética na região; infraestrutura para a interconexão entre os povos; cooperação econômica e comercial; integração financeira sul-americana; integração industrial e produtiva; migração; constituição de uma cidadania sul-americana; identidade cultural; cooperação em material ambiental; participação cidadã e cooperação em matéria de defesa.

Neste momento, já era evidente a participação brasileira como propulsora dos avanços da CASA. O presidente Lula atuava como principal gestor deste projeto, aprofundando e dinamizando esta iniciativa de integração da América do Sul, que já vinha sendo desenhada no governo de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Além de consolidar a presença do país e sua influência na América do Sul, o envolvimento brasileiro exigiu

empenho diplomático e presidencial na consolidação da UNASUL na Cúpula seguinte (BBC, 2010).

Esta reunião foi marcada pela conformação do Conselho Energético da América do Sul composto pelos Ministros de Energia, que reforçaram esta temática no seio da CASA. A posterior criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento marcou a importância da infraestrutura física para a integração sul-americana em virtude do seu potencial para criar novas perspectivas e sinergias para a cooperação, superação de assimetrias e promoção do desenvolvimento social e econômico, garantindo, assim, o bem-estar a todos os povos da região (UNASUL). Os interesses brasileiros na integração física e energética também foram motivados pela estratégia de desenvolvimento nacional, bem como pela internacionalização das construtoras nacionais e pela expansão da estatal Petrobras aos mercados sul-americanos.

### **III Cúpula da Comunidade Sul-Americana das Nações**

Em maio de 2008, foi instituído o Tratado Constitutivo da UNASUL, conferindo personalidade jurídica ao bloco. Neste cenário, denota-se a visão estratégica do Brasil de caráter multidimensional, que se baseou no desenvolvimento produtivo, industrial e comercial. Pretendendo se converter em um ator e referência global a partir da consolidação da sua liderança na região, o Brasil passou a ter papel decisivo na materialização da UNASUL, buscando articular, de maneira gradual e consistente, os objetivos de Estado com os objetivos de governo (SERBÍN, 2011). O esforço brasileiro pela criação deste bloco refletiu o seu interesse na liderança desta região, facilitando e consolidando também sua projeção internacional (BBC, 2009).

No ano seguinte, foi aprovado o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), elaborando seu plano de ação por meio dos seguintes eixos: a) política de defesa; b) cooperação militar; c) indústria e tecnologia de defesa, e d) formação e capacitação militar. O CDS apresentou elementos de grande relevância à diplomacia brasileira em termos de cooperação para a defesa regional. Para o Brasil, a região representa apoio para sua projeção global, isto é, para alcançar e exercitar seu papel de *peacemaker*, negociador, mediador e “construtor de pontes” na esfera internacional (PEDROSO, 2013).

Mesmo o tratado constitutivo tendo origem em maio de 2008, a instituição só adquiriu caráter jurídico depois da ratificação do nono membro, o Uruguai, em março de 2011. Brasil, Paraguai e Colômbia foram, respectivamente, os últimos membros a aderirem ao Tratado. De fato, o ano de 2011 correspondeu a um período bastante emblemático à organização, uma vez que em abril deste ano também se realizou a Primeira Reunião do Comitê Coordenador do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). Assim, demarcando o impacto fático das transformações institucionais, ocorreram ganhos sensíveis acerca do estabelecimento de um Plano de Ação Estratégica para o decênio seguinte e da estipulação de uma Agenda Prioritária de Projetos. Certamente, a marcha de consolidação do COSIPLAN expressa a necessidade de um *locus* de reflexão estratégica para a região (PADULA, 2014).

Em julho de 2011, a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL firmou o “Compromisso contra a Desigualdade”, em consonância com a promessa inaugural da instituição na construção de um regionalismo afeito a combater a pobreza e a exclusão social. Decorre disso, a afirmação da responsabilidade na efetivação do “Plano de Ação do Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL” e no advento de uma “Agenda de Ações Prioritárias da UNASUL” na região. Ainda em 2011, o processo de sedimentação institucional da organização foi fortalecido com a aprovação da criação de um Conselho Eleitoral da UNASUL assim como do Estatuto e do Plano de Ação do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças.

Já em 2012, além dos típicos desdobramentos no tocante ao organograma da instituição, houve o aprofundamento da UNASUL como foro de concertação política entre os Estados. A Declaração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da UNASUL de março de 2012 deixou evidente a intenção dos membros da organização de apresentar um candidato único à Direção-Geral da Organização Pan-americana de Saúde, o que representa um passo importante na manifesta pretensão de reconfiguração da centenária organização. Da mesma forma, merece registro a articulação desencadeada no seio da UNASUL em prol de uma reforma abrangente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Além das manifestações acerca da questão palestina e do Arquipélago das Malvinas, vale lembrar especialmente o papel destacado da UNASUL em prol da estabilidade

democrática no continente, seja durante o processo que resultou na deposição do presidente paraguaio Fernando Lugo, seja na pioneira Missão de Acompanhamento Eleitoral da organização (ocorrida na Venezuela em outubro do referido ano).

Além do mais, cumpre apontar que em 2012 houve diversas iniciativas em prol da continuidade dos avanços institucionais na organização, sobretudo nos temas: direitos humanos (com o grupo de trabalho acerca do tratamento e promoção dos Direitos Humanos na UNASUL); combate às drogas (com o chamamento ao fortalecimento do “Mecanismo de consultas regulares de autoridades judiciais, policiais, financeiras, aduaneiras e de órgãos de combates às drogas dos Estados Sul-americanos” – criado no ano anterior); energia (com o fomento à confecção de um “Tratado Energético Sul-americano”); comunicações (com a criação da “Rede de Conectividade Sul-Americana para Integração”); recursos naturais (com a articulação dos conselhos setoriais sobre as potencialidades na matéria e a conclamação à elaboração de uma estratégia compartilhada); saúde (com o incentivo ao advento do “Mapeamento das capacidades regionais de produção de medicamentos” e do “Banco de Preços de Medicamentos”); diversidade cultural (com o apoio à criação de um “Banco de Conteúdos Culturais Audiovisuais”) e defesa (com os avanços decorrentes do “Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa” e do “Inventário Militar Sul-americano”), entre outras áreas.

Como se não fosse suficientemente emblemática neste sentido a entrada em vigor do convênio constitutivo do Banco do Sul em 2012, a VI Reunião Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, realizada em novembro deste ano em Lima, estabeleceu a criação do Conselho de Segurança Cidadã, Justiça e Luta contra o Crime Organizado Transnacional no contexto em que surge também a proposta equatoriana acerca de um Tribunal Penal no âmbito da UNASUL.

A Reunião Ordinária de 2012 foi importante por definir o início do processo de construção da cidadania sul-americana, um passo fundamental na afirmação identitária do bloco. A iniciativa amparou-se no gradual reconhecimento por parte dos Estados membros de certos direitos de nacionais de outros membros da organização, expressando especial apreço à dimensão migratória. Um elemento importante na consolidação desta iniciativa corresponde à decisão de constituir um Fórum de Participação

Cidadã da UNASUL, como vetor da abertura de conselhos setoriais, grupos de trabalho e demais instâncias da organização à influência popular e à publicidade de suas ações. Trata-se de uma iniciativa de inegável relevância, sobretudo tendo em vista outras experiências de construção da cidadania para além do Estado nacional (CARVALHO, 2015) e suas eventuais limitações (CUNHA, 2015).

Em 2013, a UNASUL fomentou a depuração dos instrumentos de gestão do Fundo de Iniciativas Comuns, mecanismo com o escopo de promover repercussões fáticas dos projetos pactuados na esfera dos Conselhos Ministeriais Setoriais da organização. De forma semelhante, a UNASUL também avançou à época a possibilidade de instalação de um Centro de Resolução de Conflitos em matéria de investimentos.

No mesmo ano, a Declaração de Paramaribo aprovou as diretrizes para o estabelecimento do Fórum de Participação Cidadã da Integração Regional UNASUL, que teria a realização da sua primeira reunião apenas em agosto de 2014 em Cochabamba. Uma das mais importantes propostas de aproximação entre populações nacionais e estrutura institucional da organização, o Fórum de Participação Cidadã, só chegou a ocorrer devido à pressão de representantes da sociedade civil. Diferentemente do referido Fórum, o órgão permanente sobre a juventude da UNASUL não se concretizou, embora a proposta de criá-lo estivesse presente na Declaração do I Congresso de Juventude da instituição, em novembro de 2013.

Reforçando sua inclinação à concertação política, vale lembrar que no referido período a UNASUL reivindicou uma maior participação da instituição nos grandes foros internacionais, inclusive defendendo a necessidade de uma reforma profunda na ONU. Outra demonstração do referido viés político da UNASUL foi o rechaço enfático às violações de Direito Internacional acerca do tratamento dado por alguns Estados europeus à aeronave que transportava o presidente boliviano Evo Morales (impedimentos de sobrevoos e de aterrissagem) em 2013. O tom reprobatório também foi empregado na análise das ações de espionagem e interceptação de dados patrocinadas pelo governo dos EUA na América do Sul. Este tema teve, inclusive, desdobramentos na esfera do Conselho de Defesa Sul-americano, com o chamamento ao avanço dos projetos sobre defesa cibernética e interação de redes de fibra ótica na região.

O primeiro triênio de 2014 ficou marcado no âmbito da organização pela entrada em vigor do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre o compromisso com a democracia. Assinado em novembro de 2010, o Tratado entrou em vigor em março de 2014 com a ratificação do nono Estado do bloco. Outro traço característico deste período foi a aprovação da implementação da Escola Sul-Americana de Defesa, um centro de altos estudos do CDS que visava a “[...] articulação das iniciativas nacionais dos Estados membros, formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança regional de nível político-estratégico” (CDS, 2014).

Ainda em 2014, ocorreu outra demonstração de fortalecimento da organização, voltada à inserção internacional do bloco e a sua capacidade de articulação: a Cúpula BRICS-UNASUL, em julho em Brasília. Esta Cúpula simbolizou um momento emblemático das transformações sofridas pela governança global nas últimas décadas, e também uma clara tentativa de construir um arco estratégico envolvendo agentes marginalizados.

Tendo em vista o processo de surgimento e os avanços da UNASUL, sumarizados neste artigo, é possível reconhecer claramente uma abertura constante da organização para a renovação e reestruturação de seus órgãos e documentos centrais. Assim, mostra-se imperioso constatar que um dos principais traços definidores da organização corresponde exatamente à sua plasticidade institucional. Ao longo dos anos, a UNASUL esteve aberta à mudança, expressando uma experiência regionalista de múltiplas dimensões. Tal constatação é importante devido ao fato de que este bloco parece apontar para um novo momento de consolidação.

Sem abdicar de seus temas centrais como: a promoção da infraestrutura regional; a preocupação com a segurança continental; a integração das iniciativas relacionadas à saúde na América do Sul; a articulação dos Estados membros nos foros globais; a manutenção da estabilidade democrática e o combate às desigualdades sociais, entre outros, a UNASUL passou a ter por desafio se fazer presente no cotidiano das populações nacionais e estar aberta à participação popular. O vertiginoso aprofundamento de um processo tão diverso de regionalismo parece ter como condição de permanência a apropriação de seus destinos pela respectiva base social envolvida. Neste contexto, a já demonstrada maleabilidade institucional da organização

parece ser um grande trunfo na perseguição deste objetivo primordial de aproximar a UNASUL do cidadão.

## **A contribuição brasileira à UNASUL**

A relevância do Brasil entre os países da região no processo de constituição da UNASUL é inegável. Quando Lula assumiu a Presidência do Brasil, já no seu primeiro mandato, sua intenção foi fortalecer a integração, sobretudo da América do Sul, cuja proximidade geográfica fomentaria possibilidades em infraestrutura, no trânsito de pessoas, facilidades para investimento e comércio. Além de expandir a agenda temática do Mercosul, o referido presidente teve papel fundamental no processo de integração da desta região. A princípio, havia a ideia de firmar um acordo entre Mercosul e Comunidade Andina, consolidando praticamente um único espaço comercial na América do Sul (AMORIM, 2010).

Além da própria UNASUL nos anos de 2000, a política externa brasileira, com o apoio de suas elites (BREISSAN, 2012), reforçou a estratégia do país nas parcerias regionais e do eixo Sul-Sul. Este fato é considerado como um novo meio de inserção e projeção internacional adotado por potências emergentes, perante a reconfiguração da ordem internacional contemporânea e a própria crise econômica de 2008. Em certa medida, isso possibilitou que os países vizinhos de economia menor ficassem menos vulneráveis aos ensejos das economias dos países centrais.

No governo Lula, houve um claro reforço das posições doutrinárias terceiro-mundistas na política externa a exemplo da prioridade atribuída ao fortalecimento do Mercosul, à integração econômica do Brasil com os países da América do Sul e ao esforço diplomático para tornar o país o líder da região (BANDEIRA, 2005).

Contudo, muitos autores interpretam a postura de liderança adotada pelo Brasil como um ato de subimperialismo (SILVA; GIL, 2013), almejando a diminuição da hegemonia dominante para exercer o domínio efetivo sobre a região. A parceria do capital privado brasileiro na execução dos projetos previstos pela IIRSA e a sobreposição dos interesses brasileiros em relação às demais economias demonstram o exercício do poder brasileiro para estes analistas.

Alguns autores apontam que não houve uma ruptura significativa em relação aos paradigmas tradicionais da política externa brasileira. Nesse sentido, eles argumentam que determinadas diretrizes do governo Lula denotam os desdobramentos e reforços de ações do governo anterior. Contudo, é preciso considerar que o governo Lula foi protagonista ao enfatizar a opção de maior aproximação com os países do Sul e em relação aos seus vizinhos. Nesta escolha, o desenvolvimento econômico do Brasil e a manutenção de sua autonomia política compuseram uma diretriz importante da política externa (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; PEDROSO, 2013).

No plano retórico, desde seu primeiro mandato, Lula enfatizou a prioridade da política externa brasileira nas relações com a América do Sul, propondo o fomento da estabilidade, prosperidade e união com base nos ideais democráticos e de justiça social (LULA, 2003). Estes pontos convergem com os intentos do projeto da UNASUL ainda que no plano concreto simbolizem desafios permanentes.

O balanço do ciclo inicial do mandato do primeiro governo Dilma (2011-2014) evidencia uma manutenção das linhas gerais recentes da política externa do Brasil, a despeito de uma clara modulação do tom empregado, do retraimento da atuação propositiva e da diminuição do próprio engajamento presidencial. A análise empírica fornece concretude a tal apontamento:

- I. Os três primeiros anos de mandato de Dilma Rousseff observaram uma redução das viagens presidenciais ao exterior se comparadas ao mesmo período tanto do primeiro (31%) quanto do segundo (55%) mandato do presidente Lula (CORNETET, 2014);
- II. É possível observar nos anos Dilma uma forte retração das vagas para o preenchimento dos quadros do Ministério das Relações Exteriores (seja para o cargo de diplomata, seja para o cargo de oficial de chancelaria);
- III. Entre 2011 e 2014, ocorreu uma sensível diminuição do ritmo de abertura de embaixadas e de postos no exterior, inclusive com relatos sobre dificuldades de manutenção do funcionamento de representações brasileiras no exterior por conta de contingenciamento de gastos. Algumas análises somam a este cenário de reposicionamento da política externa brasileira um

novo elemento: a incapacidade de conexão do governo Dilma junto às elites do país na formatação de uma ação externa que contemple o interesse nacional – o que levaria o Estado brasileiro a uma situação de “potência declinante” na atualidade (CERVO; LESSA, 2015).

É possível observar certa continuidade na condução da política externa brasileira nos primeiros anos do governo Dilma, ao considerar os valores históricos da inserção internacional do país e as iniciativas recentes da década de abertura do século XXI. Neste último aspecto, reforçam a percepção: a) a manutenção de boa parte dos formuladores e condutores da política externa em postos centrais da burocracia nacional (como ilustram os casos de Marco Aurélio Garcia, Celso Amorim e Antônio Patriota); b) o fato de que, ainda que tenha havido diminuição das viagens presidenciais, o destino preferencial continuou sendo a América do Sul (em consonância com a prática e o prestígio da região durante os anos Lula), e c) a inexistência de grandes alterações nos eixos temáticos prioritários na agenda internacional brasileira – com a exceção do reposicionamento em algumas questões de direitos humanos; da tentativa algo infrutífera de renovar a relação com os EUA, e da defesa da “responsabilidade ao proteger” no âmbito das intervenções humanitárias.

As contradições que envolvem a política externa do primeiro governo Dilma podem ser reconhecidas na interação do Estado brasileiro com o continente sul-americano (PECEQUILO; CARMO, 2015). Neste sentido, a ambivalência continuidade/mudança e seus consequentes paradoxos encontram um símbolo na relação recente entre Brasil e UNASUL. A retórica oficial expressa a manutenção da UNASUL como prioritária na satisfação do interesse nacional brasileiro (ROUSSEFF, 2014), já a prática atrelada a este discurso, ainda que menos efetiva e mais discreta, não o desmente. Deste modo, a crítica não se refere às ações do Estado brasileiro no âmbito da UNASUL, mas sim a sua inação. A postura recente menos propositiva do Brasil, e o esvaziamento da liderança do país na organização, enfraquece o processo de integração sul-americano (TOKATLIAN, 2014).

Como frisado anteriormente, a excepcionalidade do Brasil no continente torna tênue a distinção entre o que é reconhecido como protagonismo na condução dos destinos da América do Sul e o que é mero exercício de dominação. No âmbito da UNASUL,

uma forma de demonstrar o real escopo da atuação brasileira, e enfraquecer resistências, pode ser observada numa eventual maior disposição do Estado em financiar as iniciativas da organização, empenhando recursos materiais nos seus projetos.

Frente à impossibilidade contemporânea de seguir por este caminho, graças a uma conjuntura de restrições orçamentárias e de dificuldade econômica, a ação brasileira pode provisoriamente se valer das múltiplas dimensões da UNASUL para exercer sua liderança sem que, necessariamente, haja o empenho de grandes somas. Não obstante, para isso faz-se *mister* uma atuação ativa, participativa e criativa. A ausência de recursos que financiem as iniciativas do bloco e a carência de uma atuação mais assertiva do Brasil podem impactar fatalmente no adensamento institucional da organização. Neste caso, a UNASUL corre o risco de se tornar um breve hiato da troca da guarda entre a histórica influência norte-americana e a recente ascendência chinesa na América do Sul.

### **Considerações finais**

Amado Luiz Cervo (2008), ao analisar o paradigma da política exterior do Brasil, argumenta que a atuação brasileira na América do Sul, no intuito de criar a identidade sul-americana no marco da UNASUL, caracteriza uma posição de realismo de conduta e pragmatismo, que marcam as diretrizes de sua política externa.

Ainda que tenhamos padrões de conduta definidos sobre a tradição diplomática brasileira, estes se alteram ao longo do tempo, do contexto histórico, da conjuntura internacional e do espectro político. Nesse sentido, é preciso considerá-los de forma analítica, pois os processos que envolvem seu estabelecimento estão condicionados a determinada situação e interesses. Diante do exposto, ao se analisar a ascensão de Lula ao poder é possível identificar certa alteração de rumos, representando o advento de uma nova elite política, de novos interesses e de uma nova base de sustentação (MARIANO; MARIANO, 2008). Reforçando algo em andamento desde os estertores do governo Fernando Henrique, nos anos de 2000 foi possível diagnosticar claramente o adensamento de um Estado Logístico, preocupado com o empresariado e buscando o desenvolvimento interno pela internacionalização econômica (CERVO, 2008). Logo, o fortalecimento da participação nos blocos econômicos e o

esforço da integração regional ganharam relevância quando estes passaram a contribuir para a modernização e expansão do desenvolvimento brasileiro. Como visto no primeiro mandato de Dilma Rousseff, as balizas de atuação da política externa nacional foram as mesmas, ainda que tenha havido uma inflexão de tom, uma desmobilização de recursos e uma maior dificuldade de concatenar a atuação externa com os interesses de setores relevantes da sociedade nacional.

Desta forma, o Brasil aparenta ter uma relação ambivalente com a UNASUL, no curto espaço de tempo desta interação. Enquanto em alguns momentos, o Brasil avoca-se o papel de líder regional, parecendo assumir os custos políticos e econômicos deste protagonismo, em outras situações, atua internacionalmente como um ator isolado, sem representar verdadeiramente a região e sua pluralidade (SANAHUJA, 2012). Nos fóruns internacionais, via de regra, a atuação do Brasil é autocontida, isto é, o país não age como membro e porta-voz de uma concertação regional. Normalmente, o Estado brasileiro opta por privilegiar elementos inatos, sua dimensão continental e peso econômico, por exemplo, nas negociações das esferas globais e relegar ao segundo plano a representatividade continental. Este arranjo na política externa brasileira demonstra que o país mantém influência regional sem ceder autonomia na atuação internacional, mas também revela os limites das iniciativas de integração regional de que participa.

Este cenário é agravado pelo fato de algumas regiões do continente permanecerem em severas assimetrias econômicas, o que tem promovido um sentimento “antibrasileiro”. Ainda que a UNASUL junto ao governo brasileiro tenha contribuído para alavancar os símbolos do desenvolvimento, da autonomia e da cooperação entre os países sul-americanos, a integração regional permanece incipiente. Há enormes desafios para a superação das assimetrias econômicas regionais e para o advento da verdadeira integração (SILVA; GIL, 2013).

Além disso, é possível observar também diversas críticas ao posicionamento brasileiro. Embora exista o intento de liderança natural na região, segundo o governo e parte das elites brasileiras, não é possível identificar o custeio para o exercício desta liderança (VIOLA, 2005). O Estado brasileiro apresenta dificuldades conjunturais e oposições domésticas que entravam a política de liderança regional.

Neste contexto, há que se lembrar que a missão da UNASUL é ser instituição “capaz de construir uma agenda própria”, que possa ir além da “arbitragem” de conflitos entre os vizinhos (BBC, 2010). Ademais, os projetos de integração em infraestrutura e mecanismos de compensação para a redução das assimetrias econômicas entre os países são os principais desafios do bloco atualmente.

Desta maneira, o fortalecimento de uma inserção internacional com aspirações de liderança pressupõe que o Brasil volte sua atenção e concentre esforços naquela que, atualmente, se apresenta como a iniciativa primordial de integração no continente sul-americano. O empenho estratégico do Brasil na consolidação de uma instituição de concertação dos países da América do Sul se mostra imperioso, especialmente, frente às fissuras materiais e à plasticidade institucional da UNASUL. Trata-se de uma janela de oportunidade para a consolidação da liderança brasileira e para o soerguimento de um canal institucional de anteparo à crescente influência da China e aos tradicionais interesses dos EUA na região. Contudo, para isso é necessário que o Brasil transpasse suas limitações materiais no tocante à condução da política externa; reposicione a retórica presidencial acerca do seu protagonismo regional; empenhe recursos no fortalecimento da UNASUL, configurando assim uma nova expressão de sua inserção internacional.

CARVALHO, D. C.; BRESSAN, R. N. UNASUR and the brazilian projection. *Perspectivas*, São Paulo, v. 50, p. 87-110, jul./dez. 2017

■ **ABSTRACT:** *The Union of South American Nations is marked by strong political content, coming from the regionalist attempt of Brazilian initiative of the ALCSA. UNASUR began to act as a catalyst for a socialization project in the region, favored by the convergence of discourses and ideologies, facilitating the relationship between countries for their flexibility and little demand on the commercial and economic commitment of the nations involved. In expressing a multidimensional integration initiative, UNASUL required an accurate and complex approach to Brazilian foreign policy. The recognition of the country's regional leadership and the exercise of a legitimate protagonism would be conditioned by the ability to build consensus in a multi-sphere environment. In such a context, Brazil's economic, demographic and strategic attributes need to be surrounded by an action that fosters harmony by taking into account diverse aspects of national and regional realities. In this sense, both the action*

of UNASUR and the Brazilian position within the institution regarding the recent internal political crises of some of its members must be pointed out as emblematic. In view of the above, it should be pointed out that the objective of the study is to clarify the vicissitudes and challenges of Brazilian action within UNASUR, explaining how the institutional and thematic fluidity of the organization can become a useful tool in affirming the Brazilian regional leadership and its calculations of action.

■ **KEYWORDS:** UNASUR. Post-Liberal Regionalism. Brazilian Foreign Policy. South America. Regional Integration.

## Referências

AMORIM, C. A política externa do governo Lula. *Plenarium*. Dossiê: Política Externa Brasília: Coordenação de Publicações do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, Ano II, n. 2, nov. 2005.

AMORIM, C. Sem medo de decidir. In: KLEIMANN, A.; AMORIM, C.; MELLO, F. et al. *A nova política externa. 2003-2010: o Brasil em transformação*. V. 4. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2010.

BANDEIRA, L. A. M. Política exterior do Brasil – de FHC a Lula *Plenarium*. Dossiê: Política Externa Brasília: Coordenação de Publicações do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2005, Ano II, n. 2, nov. 2005.

BBC. *Futuro da Unasul depende de 'equilíbrio' da postura brasileira, dizem analistas*. 9 de ago. 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/08/090809\\_unasul\\_analise\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/08/090809_unasul_analise_rc.shtml)>. Acesso em 15 mai. 2014.

BBC. *'Dinamizador' da Unasul, Lula se despede do bloco*. 2010. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101124\\_unasul\\_cj\\_pai.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101124_unasul_cj_pai.shtml)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

BRESSAN, R. N. A integração sul-americana e a superação da pobreza. Uma abordagem pela percepção das elites. 227 p. *Tese* (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, D. C. A influência dos direitos humanos no desenvolvimento da noção de cidadania para além do Estado

Nacional: desafios e possibilidades. *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Lisboa: v. 1, 2015, p. 8643-8656.

CERVO, A. L. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 57, v. 2, 2015, p.133-151.

COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES. 2006. Disponível em: <<http://www.comunidadesudamericana.org>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CORNELET, J. M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 5, n. 24, jun./jul, 2014.

CUNHA, J. S. F. Unasul e a cidadania cosmopolita. In: MAZZUOLI, V. O.; GOMES, E. B. (Org.). *Direito da Integração Regional*. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2015, p. 579-589.

LULA DA SILVA, L. I. *Discurso de posse – 1º mandato*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MARIANO, K. L. P.; MARIANO, M. P. A formulação da política externa brasileira e as novas lideranças políticas regionais. *Perspectivas*, Revista de Ciências Sociais. São Paulo, v. 33, p. 99-135, jan./jun., 2008.

MUTIZ, P. L. A. *Derecho de la integración: Unión de Naciones Suramericanas Unasur*. Bogotá: Grupo Editorial Ibañez, 2011.

NAFALSKI, G. *Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2011.

PADULA, R. Da IIRSA ao COSIPLAN da UNASUL: A integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: DESIDERÁ NETO, W. A. (Org.). *O Brasil e Novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro, IPEA: 2014.

PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. A. *O Brasil e a América do Sul: Relações Regionais e Globais*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PEDROSO, C. S. O Brasil de Lula da Silva: entre o regional e o global. O caso da Unasul. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013.

ROUSSEFF, D. Discurso na Cúpula Extraordinária da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). 05 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cupula-extraordinaria-da-uniao-das-nacoes-sul-americanas-unasul>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBÍN, A. (Coord.). El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*. Buenos Aires: Cries, n. 9, 2015, 549 p.

SERBÍN, A. A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa? *Nueva Sociedad*. Buenos Aires: NUSO, v. 219, p. 1-2, 2009.

SILVA, I. S.; GIL, A. D. A política externa do Governo Lula frente à União de Nações Sul-Americanas (Unasul). *Horizonte Científico*. Uberlândia: UFU, v. 7, n. 1, set. 2013.

TOKATLIAN, J. G. *¿Unasur pierde el Norte?* 23 de abril de 2014. Disponível em: <[http://elpais.com/elpais/2014/04/23/opinion/1398278994\\_215974.html](http://elpais.com/elpais/2014/04/23/opinion/1398278994_215974.html)>. Acesso em: 26 mai. 2015.

UNIÓN DE NACIONES SUARMERICANA. UNASUL. Disponível em: <<http://www.UNASURsg.org>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, 29 (2), 2007, p.273-335.

VIOLA, E. Transformações na posição do Brasil no sistema internacional (1990-2005) *Plenarium*. Dossiê: Política Externa Brasília. Brasília: Coordenação de Publicações do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, Ano II, n. 2, nov. 2005.

## **Bibliografía consultada**

BUELVAS, E. P.; GEHRING, H. *Suramérica en el escenario global: gobernanza multinivel y birregionalismo*. 2014. Editora Pontificia Universidad Javeriana; Konrad Adenauer Stiftung; Universidad Santiago de Cali.

CIENFUEGOS, M.; SANAHUJA, J. A. (Coords.). *Una región en construcción: UNASUR y la integración en América del Sur*. Barcelona: CIDOB, 2010.

RIGIROZZI, P. *Region, regionness and regionalism in Latin America: towards a new synthesis*. Buenos Aires: FLACSO, abr. 2010.

VIGEVANI, T.; RAMANZINI JÚNIOR, H. Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul: uma análise considerando a posição do Brasil. *Debates*. Buenos Aires: Clacso, n. 27, 2010, p. 46-65.